

CAMINHOS DO
ISLÃ

Sentidos da oração

EVA DE VITRAY-MEYEROVITCH

O que é o Islã? Nós poderíamos responder com uma única palavra: a *oração*, desde que a entendamos como uma designação que vai além dos atos de culto, como um comprometimento do homem em seu todo. E este é, na verdade, o significado do termo *islām*, que provém do verbo *aslama*: “confiar em, se deixar abandonar” (a Deus).

A etimologia aplica-se igualmente à paz (*salām*). Assim sendo, os muçumanos se reconhecem e cumprimentam dizendo: “que a paz esteja contigo”, em uma entrega confiante que emana da Paz e conduz até Ela.

Enquanto as grandes religiões do mundo trazem o nome de seus fundadores — cristianismo, budismo, zoroastrismo — ou, então, dos países nos quais surgiram — judaísmo, hinduísmo —, o Islã se define essencialmente como uma *atitude* em relação ao Criador e, portanto, às criaturas. Duas concepções devem, então, ser apreendidas.

Em primeiro lugar, o termo *islām* se aplica à religião fundamental dos seres humanos, ou seja, à sua capacidade inata de reconhecer aquilo que o liga a Deus. Criado à Sua imagem, ele é “capaz de Deus”: existe, no interior de si mesmo, a possibilidade

de se aproximar Dele, de testemunhar a confiança em Seu amor e na Sua misericórdia.

O *Alcorão* (VII, 172) nos diz que o Senhor, questionando, na pré-eternidade, os germes da humanidade (futura) ainda antes da criação de Adão, lhes perguntou: “Não sou Eu o vosso Senhor?” E eles responderam: “É claro, nós o testemunhamos.” E é a este pacto fundamental que está ligada a vassalagem, a dependência da raça de Adão em relação Àquele que os fez nascer.

O Livro Sagrado do Islã afirma que todos os seres celebram os louvores a Deus, “o pássaro abrindo as suas asas, a árvore projetando a sua sombra”, mas que nós não compreendemos a Sua linguagem. A razão da existência da Criação, como nos lembram, é a adoração do Deus Uno.

Todavia, se toda a Criação glorifica — ou seja, executa o *islām* em obediência à lei que governa o seu próprio ser (a pedra cai, o fogo queima, o planeta gira) —, somente o homem é livre para rezar. É justamente aqui que reside a tragédia e a grandeza da sua condição. A sua eminente dignidade liga-se à responsabilidade que lhe foi conferida de desempenhar o papel de “lugar-tenente”, de “Califa” de Deus na Terra, de cooperar na obra de Sua vontade santa. Pois a oração também é *agir*. Prestemos atenção ao quanto é errônea a acusação de “fatalismo” atribuída ao Islã, já que todas as almas deverão responder por seus atos diante da Justiça Divina. Isto implica, ainda, no fato de que não podem existir “submissões no que diz respeito à religião”, como o afirma com veemência o Alcorão (II, 256).

O segundo significado do termo *islām* é o da religião da comunidade fundada no século VII da Era Cristã por Muḥammad, considerado por milhares de muçulmanos que existem atualmente no mundo como um Enviado, um Mensageiro de Deus, encarregado de transmitir a Sua Palavra. Esta Palavra está incorporada

em um Livro revelado: o *Alcorão*. Se o cristianismo se refere a uma pessoa, é sobre uma Escritura sagrada que se fundamenta o Islã. Aqui, mais uma vez torna-se necessário fazermos justiça quanto a um erro por demais propagado: é um verdadeiro contrassenso falarmos de “*maometanos*”, já que nenhum culto é dirigido a Muḥammad, certamente um Profeta, mas homem como qualquer um de nós. Outro erro é denominar o Islã como “religião dos árabes”, sendo que este representa, numa área territorial que vai de Tânger até Lahore, do Cairo a Jacarta, apenas uma oitava parte dos arredores desta comunidade de quase um milhão de pessoas.

Segundo que critérios os muçulmanos poderão ver no *Alcorão* uma revelação de origem divina? Antes de mais nada, a autenticidade do Livro santo, diferente de todas as outras Escrituras, jamais foi contestada, nem mesmo pelos adversários mais agueridos do Islã.

De fato, se se trata do Antigo Testamento ou dos Evangelhos — sem falar dos Vedas, dos Upanishads, das Escrituras budistas etc. —, dispomos apenas de manuscritos tardios e algumas vezes traduzidos. É por isso que os manuscritos dos Evangelhos de que dispomos datam, à exceção de um pequeno fragmento de São João, do século IV (não contando, é bem verdade, com a Tradição viva no seio das comunidades cristãs). No que se refere à Bíblia, seus livros foram redigidos em épocas diferentes. Não podemos descartar a possibilidade de divergências e de interpolações. Ao contrário, os manuscritos do *Alcorão* datam dos tempos do próprio Profeta e não diferem em nenhum ponto entre si; o exemplar do Cairo, o de Istambul, o de Medina e muitos outros são rigorosamente idênticos e contemporâneos do início do Islã.

É, portanto, possível para o crente fundar-se sobre suas pala-

bras, sem precisar recorrer a uma interpretação humana ou a uma tradição oral; o muçulmano pode ler o *Alcorão* como se este tivesse sido revelado a ele próprio, aplicando a esta *lectio divina* todos os recursos da sua inteligência e da sua cultura e implorando a graça de Deus para iluminá-lo nesta tarefa. Não existem no Islã nem igrejas, nem clero, nem concílios, e os sábios são consultados, em raros casos, apenas para esclarecer, conforme a sua qualidade de juristas, a aplicação necessária de um ponto de vista do direito a um caso particular. O muçulmano será, portanto, o seu próprio oficiante: não existem intermediários entre Deus e ele, salvo a Revelação sobre a qual ele irá meditar e cujos mandamentos ele se esforçará por colocar em prática.

Quanto às diversas interpretações dadas ao texto do *Alcorão*, elas permanecerão circunscritas ao conteúdo preciso deste texto e representarão tão-somente concepções mais ou menos elaboradas ou refinadas, não podendo jamais contradizer a escritura, única a ter validade. Estas interpretações, neste sentido, nunca levarão a um dogma, mas a aspectos secundários, levando a compreender uma metáfora ou um símbolo. É desta maneira que até mesmo o crente mais iletrado não se afastará — não pode se afastar — do que lhe foi revelado, mas talvez possa tomar, num sentido óbvio, as descrições de um Paraíso repleto de sombras e águas-vivas, enquanto o filósofo nesta descrição verá apenas símbolos da Beatitude eterna.

Tratando-se de um texto e reconhecido, a questão essencial reside em seu fundamento: como afirmar que não se trata de uma obra puramente humana?

A personalidade do Profeta, a sua perfeita lealdade atestada por seus piores inimigos, permite que descartemos aprioristicamente tal impostura. Dificilmente poderíamos compreender a sua coragem em suportar as piores provas para testemunhar

a sua missão que, no fim das contas, lhe valeu grandes sofrimentos.

“Nenhum homem, diz-se a seu respeito, se propôs, voluntária ou involuntariamente, uma tarefa mais sublime, por ser ela sobre-humana: solapar as superstições que se interpuseram entre a criação e o Criador, devolver Deus ao homem e o homem a Deus, restaurar a idéia racional e santa da Divindade em meio a este caos de deuses materiais e desfigurados pela idolatria.

“Nenhum homem se aventurou, com tão poucos meios, a uma obra tão desmesurada às forças humanas, visto que ele não dispunha, tanto na concepção quanto na execução de tão grandioso desígnio, de outros instrumentos a não ser ele próprio e outros auxiliares que não passavam de um punhado de bárbaros no deserto.

“Enfim, nenhum homem cumpriu em menos tempo uma revolução tão grande e tão durável no mundo, visto que, menos de dois séculos após a sua pregação, o Islã, pregado e armado, reinou nas três Arábias, conquistando para a Unidade de Deus a Pérsia, Khorassan, a Transoxiana, a Caucásia, a Índia Ocidental, a Síria, o Egito, a Etiópia, todo o continente conhecido como África Setentrional, várias ilhas do Mediterrâneo, a Espanha e uma parte da Gália.

“Assim, a grandiosidade do desenho, a precariedade dos meios e a imensidão dos resultados são as três medidas do gênio do homem, quem ousará comparar humanamente qualquer grande homem da história moderna a Muḥammad? Os mais famosos dentre eles moveram apenas armas, leis e impérios; eles não fundaram (quando chegaram a fundar alguma coisa) nada além de possessões materiais que muitas vezes caíram antes deles. Aquele moveu armas, legislações, impérios, povos, dinastias, milhões

de homens num terço do mundo habitado; mas ele moveu mais do que altares, deuses, religiões, idéias, crenças, almas. Ele fundamentou sobre um *Livro*, onde cada palavra tornou-se lei, uma nacionalidade espiritual que engloba os povos de todas as línguas e de todas as raças, e ele inspirou, como caráter indelével desta nacionalidade muçulmana, o ódio aos falsos deuses e a paixão pelo Deus Uno e imaterial. Este patriotismo vingador das profanações do céu foi a virtude dos filhos de Muḥammad; a conquista de um terço da terra ao seu dogma foi o seu milagre, ou melhor, não foi o milagre de um homem, e sim o milagre da razão. A idéia da Unidade de Deus, proclamada na lassidão de teologias fabulosas, possuía em si mesma uma tal virtude que explodiu em seus lábios, incendiou os velhos templos dos ídolos e iluminou com seus raios um terço do mundo.

“Sua vida, seu recolhimento, suas blasfêmias heróicas contra as superstições do seu país, sua audácia em enfrentar o furor dos idólatras, sua constância em suportá-las por quinze anos em Meca, em sua aceitação assumir o papel de escândalo público e quase de vítima entre seus compatriotas, sua fuga, enfim, sua pregação incessante, suas guerras desiguais, a sua confiança no sucesso, sua longanimidade na vitória, sua ambição feita inteiramente de idéias, nenhum império, suas preces sem fim, suas conversas místicas com Deus, sua morte e o seu triunfo pós-tumba... Filósofo, orador, apóstolo, legislador, conquistador de idéias, restaurador de dogmas, fundador de vinte impérios terrenos e de um império espiritual, este é Muḥammad.

“Em todas as escalas com que se mede a grandeza humana, que homem foi maior do que ele?”

Esta homenagem vibrante não se deve a um muçulmano, mas a Alphonse de Lamartine, em sua *História da Turquia, II*.

Esta é a razão pela qual, após mais de treze séculos, todos os muçulmanos evocam com gratidão, em suas orações, o Mensageiro de Deus. *Evocando*, e não *invocando*, visto que se reza somente para o Senhor.

A verdadeira grandeza de Profeta é geralmente ignorada no Ocidente, tanto por causa de polêmicas antigas quanto pela dificuldade, especialmente para um não-muçulmano, em compreender, por causa de seu compromisso com atividades sociais, políticas, econômicas, o seu papel de arquétipo da vida espiritual. Não apenas ele consagrou toda a sua vida, sofrendo as piores dificuldades, a testemunhar sua certeza em ter recebido de Deus uma Revelação — o *Alcorão* — da qual ele se tornou seu fiel transmissor, mas ele viu-se ainda obrigado a desempenhar o papel de legislador e chefe da Comunidade.

O único milagre reivindicado pelo Islã reside nesta mesma Revelação. Nascido em Meca, em 570 da Era Cristã, Muḥammad foi órfão, ignorante e pobre. Ele trabalhou como condutor de caravanas. A família pertencia ao meio comum dos idólatras, como era comum entre aqueles da classe média de Meca. Contudo, ele procurava outras coisas e tinha o costume de se isolar em uma gruta nas proximidades de Meca. Foi lá, após muitos anos, aos quarenta anos (em 610), que ele recebeu uma Revelação Divina: “Leia, em nome do Senhor...” (*Alcorão*, XCVI, 1). Todavia, Muḥammad protestou, afirmando que não sabia ler. Ao longo de vinte e três anos, estas revelações continuaram a se suceder em intervalos variáveis, através de fragmentos que posteriormente foram reunidos para constituir o *Alcorão*, o Livro Santo do Islã. Este se apresenta nos dias de hoje como um volume composto de 114 capítulos ou suras, de tamanho variado, cujo texto foi objeto, desde muito cedo, de uma recensão *ne varietur*.

Nenhuma tradução é capaz de oferecer a beleza inimitável da língua do *Alcorão*: ela jamais foi igualada e, mesmo atualmente, serve de modelo. Além disso, a sua profunda unidade, a lógica interna subjacente à fragmentação das revelações ao longo de duas décadas parece, aos olhos humanos, inexplicável. De fato, à medida da “descida” destes versículos, cada fragmento foi classificado neste ou naquele capítulo entre os que ficaram inacabados, em determinado local, de acordo com um plano ao mesmo tempo literário e lógico: da profecia ao apostolado; do apelo dirigido aos próximos, e, em seguida, à Cidade; sendo o primeiro apelo o aviso dado a Muḥammad que receberia um ensinamento divino, e o último constituindo-se no anúncio do fim da sua missão, pouco antes de sua morte.

Existe no Cairo um exemplar bastante curioso e comovente do *Alcorão*: é o primeiro ditado feito para ‘Alī, primo e genro do Profeta (este último, como já dissemos, não sabia nem ler nem escrever). Trata-se de pedaços de pele de gazela, de formas e tamanhos diferentes, nas quais foram anotados “rapidamente”, poderíamos dizer assim, estes versículos, à medida em que eram inspirados. E podemos perceber, de um modo sensível, a espontaneidade destas palavras transcritas com perfeição. Foram estes inúmeros fragmentos que, depois, foram reunidos em uma ordem indicada pelo próprio Profeta.

A Palavra de Deus, como dissemos, no cristianismo, é Cristo; no Islã, é o *Alcorão*. Os místicos muçulmanos compararam a natureza iletrada do Profeta à virgindade de Maria, Mãe de Jesus. “Se a Tua alma é muito pura e cheia de amor”, escreveu Rūmī, “ela se torna como Maria, ela gera o Messias.” E al-Ḥallāj: “Nossas consciências são uma única e mesma Virgem em que somente o Espírito de Verdade pode penetrar.” A alma, receptáculo da Palavra divina, deve ser inteiramente passiva, pura, entregue, sem

nenhuma interferência própria. Foi assim que o Profeta do Islã recebeu e transmitiu a Mensagem que lhe foi confiada, sem fazer alterações, sem nada acrescentar.

Esta Mensagem — o *Alcorão* — representa para todos os muçulmanos uma interpelação, um apelo, um guia destinado a conduzi-los “pelo caminho justo”, desde o nascimento até a morte, ensinando-lhes tudo o que precisam saber para formarem sua estatura espiritual e chegarem à beatitude eterna. Ele é, portanto, uma doutrina metafísica, uma lei sagrada que rege todos os aspectos da vida, injunções morais. O Islã é, ao mesmo tempo, uma religião, uma vontade de viver em conjunto, uma visão de mundo. Um mesmo Livro, um mesmo Profeta, uma ética de tal forma elevada que deve ser traduzida em atos. É desta forma que o *Alcorão* declara:

“A piedade não consiste em virar as vossas cabeças do nascente ao pôr-do-sol. Mas a piedade consiste em acreditar em Deus, no Dia Final, nos anjos, na Escritura, nos profetas, dar os seus bens, por mais que lhes sejamos apegados, aos próximos, aos órfãos, aos miseráveis, às crianças de rua, aos mendigos, e para libertar os escravos, para fazer a prece, conseguir a purificação, cumprir os pactos já concluídos, adquirir paciência com o sofrimento e com as adversidades nos momentos ruins: estes são os veredictos, são eles o que se premunem.” (*Alcorão*, II, 177)

O homem eleito por Deus, plenamente responsável pelos seus atos, tem por missão servir a Deus e aos homens. Para tanto ele se fundamentará na noção de Unidade Divina, que não é apenas uma afirmação de caráter metafísico, mas uma força unificadora, restituindo-lhe o seu verdadeiro lugar na natureza: o de uma criatura feita para adorar o seu Criador.

“Nenhuma forma de realidade”, assim escreveu um dos maiores pensadores muçulmanos contemporâneos, Muḥammad Iqbal, “é tão poderosa, tão viva, tão magnífica quanto o espírito do homem! Desta forma, em seu íntimo, o homem, como o concebe o *Alcorão*, é uma atividade criadora... É próprio do homem participar das aspirações mais profundas do universo que o circunda e criar o seu próprio destino, assim como o do universo, tanto se adaptando às forças deste universo quanto consagrado todas as suas energias para se servir destas forças conforme a sua vontade. E, durante este processo de transformações progressivas, Deus se torna o companheiro do homem nesta sua tarefa, desde que o homem tome a iniciativa: ‘Visto que o homem tem companheiros que o precedem e o seguem para protegê-lo, por ordem de Deus, Deus não modifica o estado de um povo que não tenha sido modificado por seu próprio chefe...’” (*Alcorão*, XIII, 11)

O fato de se situar em uma relação a uma Transcendência implicará, por sua vez, uma certa atitude do espírito e da inteligência, no que concerne aos sinais propagados por Deus por obra de Suas mãos, um certo comportamento com relação aos outros, enfim, o respeito às obrigações e aos ritos prescritos.

E, antes de mais nada, é preciso definirmos até que ponto todo conformismo e toda submissão cega em relação a uma autoridade em matérias religiosas são proibidas pelo Islã. A fé foi muitas vezes definida pelos pensadores muçulmanos como a adesão à revelação com total liberdade de inteligência e coração. O *Alcorão* faz, então, ainda um apelo constante à reflexão e à observação: “O objetivo do *Alcorão*, nesta observação refletida da natureza, é suscitar no homem a consciência daquilo que a natureza é considerada como um símbolo. Deus não multiplicou os Seus sinais “no horizonte e dentro dos corações dos homens”, como, mais uma vez, precisa o Livro Santo, ao lembrar:

“Realmente, na criação dos céus e da terra, na alternância do dia e da noite, no curso dos barcos sobre o mar, carregados de coisas úteis para os homens, nas águas que Deus faz com que desçam do céu e com a qual Ele faz reviver a terra após tê-la feito morrer, antes de ali espalhar animais de todas as espécies, segundo o movimento dos ventos e das nuvens, Seus agentes entre o céu e a terra; há, de fato, em tudo isto, sinais para um povo capaz de raciocinar.” (*Alcorão*, II, 164)

Ou ainda:

“Deus, que corta os grãos e os frutos, que faz as semente e os caroços, retira o morto do vivo, e o vivo do morto... Ele, que corta os céus ao nascer do dia, faz da noite tranquilidade, do sol e da lua uma base de cálculos.../ Ele, que distribui as estrelas para vós para que elas vos guiem nas trevas do continente e da terra — Nós articulamos os sinais para um povo que conheceria” (*Alcorão*, VI, 95 sg). “Há, entre Seus sinais, que Ele criou para vós a partir de vós mesmos, esposas, para que com elas vós encontreis a serenidade; Ele estabeleceu entre elas e vós afeição e misericórdia — Nisto residem sinais para um povo capaz de refletir. / Há, entre Seus sinais, a criação dos céus e da terra e a diferença de vossas línguas e de vossos destinos — E nisto residem os sinais para aqueles que conhecem. / Há, entre Seus sinais, o vosso descanso noturno e diurno, a vossa busca por um pouco de Sua graça...” (*Alcorão*, XXX, 21, sq.)

Este espírito concreto, empírico, do *Alcorão*, levou os povos do Islã, especialmente os árabes, a serem pioneiros em métodos experimentais: Roger Bacon, considerado geralmente como o primeiro dos instigadores, jamais deixou de repetir que, para os seus contemporâneos, a cultura islâmica era a única possibilidade de

acesso a um verdadeiro conhecimento científico. Ora, se o Livro santo e as Palavras do Profeta recomendam o estudo, durante toda a sua vida, a todos os muçulmanos e a todas as muçulmanas, deveriam ir procurá-lo “até na China”, isto se deve ao fato de que a busca da verdade é uma *oração*. Isto porque “a escrita de um sábio é tão preciosa quanto o sangue de um mártir” (hadith profético). Assim também os sábios muçulmanos sempre consideraram que, se o seu dever era observar os sinais de Deus na natureza, na história e na psicologia humana, e não passar próximo a eles “como se fossem surdos e cegos”, é essencialmente porque “aqueles, que não vê os sinais nesta vida permanecerá cego para a realidade da vida que está por vir”. Trata-se, de maneira definitiva, de voltar do sinal ao significado e, daí, ao Criador destas coisas. Foi assim que um grande místico muçulmano da Idade Média convidou “a estudar as diversas fases pelas quais passa um embrião e maravilhar-se com o fato de um indivíduo racional provir da junção de duas células”. “Todavia”, acrescenta ele, “se nos esforçarmos por explicar a este feto ainda no seio materno que do lado de fora existe um céu, um sol, um luar, províncias, cidades, jardins..., que significado tudo isto terá para ele, supondo-se que ele seja dotado de inteligência?” “Da mesma forma”, diz, “em sua condição carnal, o homem é incapaz de entender uma outra dimensão: e, no entanto, ela existe.” “O estudo será uma prece no sentido em que, de um lado, ela leva ao espanto diante da criatura. O camelo, a abelha tão ativa a até a imagem de *cera* (*Alcorão*, LXXXVIII, 17, XVI, 68-69; II, 26, etc) incitam a adoração mostrando, como diz Maḥmud Shabestari, que “o universo é o Livro da mais alta das Verdades”. E, ao mesmo tempo, eles revelam que esta prodigiosa diversidade é o reflexo, no espelho do Cosmo, da Unidade Divina. “*Deus exterior exterior meo, Deus interior interior meo*”, dizia Santo Agostinho. E nas palavras de Ibn ‘Arabī: “Nós sabe-

mos que Deus descreveu a Si próprio como o Exterior e como o Interior, e que Ele criou o mundo, por sua vez, como interior e exterior, para que nós conhecêssemos o aspecto “interior” de Deus através do nosso próprio interior e o “exterior” por meio do nosso exterior.”

Por outro lado, a inteligência é obrigada a reconhecer os seus próprios limites. A segunda Sura do *Alcorão*, que jamais cessa de apelar à razão, coloca como preliminar, desde seus primeiros versículos, enquanto propedêutico ao conhecimento, a aceitação de uma outra “ordem”, que é aquela do mistério. É ao Absoluto que se deve relacionar tudo o que é relativo: é o próprio sentido da Profissão de fé muçulmana: não há outra realidade a não ser a Realidade última, nada deve ser associado a Deus. “É Ele que no céu é Deus, na terra é Deus, Ele é o Sábio, o conhecedor” (*Alcorão*, XLIII, 84). A tomada de consciência da unidade interior, reflexo da Unicidade Divina no espelho do coração e não mais, desta feita, do Cosmo, leva à ausência de separação entre o sacro e o profano, o material e o espiritual. Tudo está circunscrito ao Centro que governa todas as coisas.

Do ponto de vista doutrinal, o *Alcorão* se apresenta como *critério* (*furqān*) que permite distinguir o bem do mal, a verdade do erro. O Islã, a última das três religiões originárias de Abraão, é um *chamado* — O *Alcorão* insiste várias vezes no que se refere ao que disseram os profetas, por cuja boca Deus falou “em diversos tempos e em diversos lugares”, como o diz São Paulo. Isto é o que o *Alcorão* afirma constantemente: visto que a verdade pode ser apenas uma, sempre e em qualquer lugar, a Revelação, em sua essência, só pode ser a mesma para todos os povos, em todos os tempos. O que irá diferir serão as interpretações humanas do que foi revelado, as legislações religiosas. A diversidade destas interpretações é, além de tudo, desejada por Deus:

“... Se Deus quisesse, Ele teria feito de vós uma comunidade única; porém, Ele quis vos pôr à prova quanto a Seus dons. Realizem boas ações em relação a Deus. Nele, que para todos vós, está o retorno. Ele vos instruirá quanto às vossas divergências.” (*Alcorão*, V, 48)

Ou, então, como diz um místico muçulmano:

“Se os caminhos são diferentes, o objetivo é único. Não sabes que vários são os caminhos que conduzem à Kaaba? Para uns, o caminho para a Kaaba passa por Bizâncio, para outros pela Síria, para outros pela Pérsia, para outros pela China, para outros pela costa do mar da Índia e do Yemen. Caminhos diferentes, mas um único objetivo, todos os corações são unânimes para a Kaaba, há uma correspondência, um amor e um grande afeto no coração pela Kaaba. Lá nenhuma contradição existe; o objetivo não faz parte nem da infidelidade e nem da fé. Quando todos chegarem lá, todas as discussões, disputas e diferenças que surgirem no caminho desaparecerão. E aqueles que diziam uns aos outros, ao longo do caminho: ‘Você está errado e é ímpio’, esquecerão as suas discussões quando lá chegarem, já que o seu objetivo é único.”

O universalismo do Islã se manifesta com tamanho vigor pelo *Alcorão* que não podemos evitar o estupor diante da acusação de “fanatismo” dirigida com tanta freqüência à religião muçulmana (a menos que o que é “fervor” deste lado dos Pirineus não seja considerado como “fanatismo” do outro!). Vejamos este versículo:

“Aqueles que crêem, os que seguem o Judaísmo, os Cristãos, os (Mandeus), qualquer um que acredite em Deus e no último Dia, faça uma boa ação, estes encontrarão a sua paga próximo ao Seu Senhor. Não há nenhum temor e a ser nutrido, e eles não sentirão nenhum remorso.” (*Alcorão*, II, 62)

A Unicidade divina se reflete na unidade fundamental do gênero humano. “Matar uma alma é culpa...” diz o *Alcorão*, “é como matar toda a humanidade” (*Alcorão*, V, 32). A exigência de uma justiça torna-se imperativa: “Eu vos constitui testemunhas de Justiça.” A justiça com relação aos outros é garantia da sinceridade do testemunho a Deus e é indissociável deste. As prescrições que constituem o que chamamos de “pilares do Islã” apresentam este duplo caráter. Além disso, as práticas ritualísticas constituem o cimento da comunidade: de um extremo ao outro do imenso mundo muçulmano, nos encontramos em meio a irmãos, rezando da mesma forma, nas mesmas horas, jejuando e terminando de jejuar usando os mesmos gestos, as mesmas palavras. A vida cotidiana é sacralizada por esta referência constante aos valores ao mesmo tempo transcendentais e compartilhados.

A vida do muçulmano requer, além da profissão de fé (*shahāda*) que a fundamenta e que consiste em atestar que “Não há divindade a não ser Deus e Muḥammad é o Enviado de Deus”, pronunciado a fórmula “*Lā ilāha illal-hāh Muḥammad rasūlul-lāh*”, práticas rituais prescritas pelo *Alcorão* e, portanto, obrigatórias, ou seja: a prece, o jejum, a purificação dos bens e a peregrinação.

A prece (ṣalāt). Deve-se rezar cinco vezes por dia. A prece é considerada um dom de Deus para os homens, e foi entregue ao Profeta do Islã para a sua comunidade no momento da sua ascensão (*al-mi ‘rāj*), durante a qual ele foi transportado até a Presença divina (é o comentário desta viagem espiritual que, como sabemos, inspirou a *Divina comédia* de Dante). Nós estudaremos mais tarde suas modalidades.

A purificação dos bens (zakāt). Deve-se pagar a *zakāt*. Não é nem uma esmola, nem uma “caridade”, nem um imposto. É a entrega

feita voluntariamente, porém obrigatória, aos pobres da comunidade de uma parte do que foi adquirido e que é supérfluo em relação às necessidades imediatas, a usura e a acumulação de bens são proibidas. Coisa que consideramos característica é o fato de que o *Alcorão* fala ao mesmo tempo da celebração dos ofícios e do pagamento da *zakāt*. Ao doar aos irmãos uma parte do que recebemos, sacralizamos a vida em seu aspecto econômico. Este é um dever em relação a Deus e aos outros, e uma forma de prece.

Além da *zakāt*, o *Alcorão* fala da esmola propriamente dita, *sadaga*, que não é uma instituição social obrigatória, todavia sendo expressamente recomendada, visto que se trata de um ato de beneficência e de justiça.

O jejum (ṣiyyām). O jejum, prescrito para todo o nonagésimo mês lunar do calendário islâmico (*Ramaḍān*), é obrigatório para todos os crentes que já tenham chegado à puberdade, a menos que haja impedimentos maiores: doenças, viagens, mulheres grávidas ou que estejam amamentando, trabalhadores que estejam realizando tarefas árduas, pessoas anciãs... Dependendo do caso, a abstenção do jejum deve ser compensada com esmolas ou ser feito em outros dias. A formulação de intenção é necessária para a sua validade.

Do alvorecer até a noite, todos os alimentos, todas as bebidas e todas as relações sexuais são proibidas. Este jejum total, sem beber sequer uma gota de água, representa uma dura ascese: basta pensarmos em todos aqueles que penam, às vezes a 50^o à sombra! E, no entanto, ele viveu na alegria. É um tempo sagrado, durante o qual os corações se fortificam por meio destas oferendas feitas ao Senhor, que espalha a Sua graça àqueles que suportam pacientemente as dificuldades. Os versículos do *Alcorão* salmoados dentro das casas, das cidades, das aldeias e onde famílias e amigos velam juntos, os iluminam com uma luz sempre reno-

vada. Desta forma, eles haverão de lembrar que “Para cada um há uma direção para onde devem se voltar em sua prece. Mas devem realizar boas obras, onde quer que se encontrem, pois Deus tornará a encontrar a todos” (*Alcorão*, II, 148) e meditarão sobre a Palavra divina:

“deveis perfazer o número indicado (para o jejum), glorificando a Deus por Sua orientação... Talvez Ele vos honre com a Sua gratidão. Porque se os Meus adoradores vos interrogarem sobre Mim, Eu estarei bem próximo para acolher a invocação daquele que Me invoca, quando alguém Me invoca.” (*Alcorão*, II, 185-186)

O sentimento de proximidade em relação a Deus, percebido com uma intensidade particular neste mês “durante o qual começou a descida do *Alcorão*, como orientação para os homens” (*Alcorão*, II, 185), deve se traduzir nas ações por uma assistência acurada em relação aos membros da Comunidade; a fraternidade que os une durante o ano todo deve se manifestar mais do que nunca agora, favorecida por uma tomada de consciência mais acirrada do sofrimento daqueles que estão desprovidos: não é necessário que se experimente a fome e a sede para que se compreenda a miséria dos outros? É este um dos sentidos essenciais do *Ramaḍān*.

A vigésima sétima noite deste mês do *Ramaḍān* é a Noite do Destino, ou do Decreto, *Laylatu-l-qadr* Noite em que o *Alcorão* começou a ser ditado ao Profeta:

“Somos Nós que o fizemos descer durante a Noite grandiosa. O que te pode fazer compreender o que é a Noite grandiosa? A Noite grandiosa vale mais do que um milhão de meses. Nela descem os anjos e o Espírito, com a permissão de Seu Senhor, para todos os decretos. Que ela seja saudada até o alvorecer!” (*Alcorão*, XCVII)

Estes versículos, cheios de mistério, relembram o acontecimento providencial que é a Revelação da Palavra divina. Celebra-se nas mesquitas, na data deste aniversário, um ofício durante o qual o *Alcorão* é inteiramente recitado.

As lendas muçulmanas expressam o espanto nesta noite santa que a torna um tempo de prodígios, povoada pelo bater das asas dos anjos e da qual participam todas as criaturas.

Três dias mais tarde, o aparecimento da nova lua indica o momento de celebrar a “pequena festa”. Como de costume, predomina o aspecto comunitário; são distribuídos dinheiro, roupas, alimentos e brinquedos para as crianças. A mais humilde habitação se enche de alegria e de amizade.

A cada noite, ao longo do mês que se segue, todos se dirigem a Deus: “Oh, meu Deus, eu jejei por Vós, eu confiei em vós e graças a Vós eu rompo o jejum.” É por Ele somente que é feita a abstenção não apenas de todo alimento e do prazer sensual, mas também, da melhor forma possível, dos pensamentos vãos, das palavras críticas ou ociosas, visto que se trata, sobretudo, de um jejum de coração, e o próprio silêncio é um sinal disto; tal foi o silêncio da Virgem Maria no Templo, no qual o voto do silêncio representou, como o diz admiravelmente um místico muçulmano, “uma virgindade também”. Na verdade, o sentimento que domina os fiéis não é o de ganhar qualquer tipo de mérito, porém, assim como o revela o *Alcorão* no versículo citado anteriormente, a gratidão: a gratidão por ter executado até o final, com a ajuda do Altíssimo, uma ascese purificadora e ter tido a oportunidade, em comunhão com todos os seus irmãos, de testemunhar o seu amor.

A peregrinação (hajj). A peregrinação até Meca é uma obrigação para todos os muçulmanos e muçulmanas a ser cumprida ao menos uma vez na vida. Enquanto para a cristandade existem nume-

rosos lugares de peregrinação — Lourdes, Santiago de Compostela, Fátima, Chartre —, aquele do Islã é único. Os santuários e os mausoléus dos santos são apenas objetos de visitas, certamente *respeitosos*, mas nos quais nos dirigimos a Deus sem intermediários. A peregrinação propriamente dita deve ser feita durante o mês lunar de *dhul-hijja*. A “pequena” peregrinação (*‘umra*) pode ser feita em qualquer momento e não comporta todos os ritos da “grande” peregrinação.

Multidões, a cada ano mais numerosas — algo em torno de dois milhões de homens e mulheres —, vêm de todos os cantos do mundo para testemunhar a sua fé monoteísta nesta cidade de Meca onde se encontra o primeiro santuário erigido por Abraão, Pai de todos os crentes. Centro para o qual convergem cotidianamente as preces de um quarto dos seres humanos, ela é também um símbolo da Unidade que representa todos os adoradores do Deus Uno, sem distinções de raças ou classes, todos igualmente vestidos com humildes tecidos de algodão branco, implorando o perdão por seus pecados e oferecendo a Deus a prova das dificuldades encontradas. O sentimento de fazer parte de uma imensa comunidade, de ser a célula de um corpo unificado, marca com um sinal a cada peregrino, consciente desta supranacionalidade que é o Islã, da fraternidade que ela implica. E pela primeira vez, talvez a única em sua vida, o peregrino terá um encontro transformador. Durante toda a sua existência, ele ora, às vezes sozinho, com seus correligionários. Nos dois casos, ele se volta para a Ka‘aba e, caso o ofício seja recitado em grupo, ele vê apenas as multidões de fiéis, ou o *imān*, atrás dos quais ele se posiciona. Todavia, em Meca, ele *chegou* ao Centro, a noção de espaço é abolida. O que ele verá diante de si é a visão de seus irmãos ou suas irmãs no Islã, cumprindo os ritos sagrados. Para além de toda orientação, no lugar que reúne os que oram como

raios finalmente interligados em um só ponto, ao mesmo tempo geográfico e espiritual, o que se encontra é o próximo.

Durante a assembléia solene que ocorre em 'Arafat, onde os peregrinos vivem o momento, sem dúvida, mais forte do *hajj* — todo um dia de orações —, eles irão rememorar o Sermão de adeus dirigido, em 632, à multidão de muçulmanos, pelo Profeta em sua última peregrinação:

“Ó homens, as vossas vidas e os vossos bens são sagrados e invioláveis, até o momento em que vos apresentareis perante o vosso Senhor (no dia do Julgamento)... Na verdade, comparecereis perante o vosso Senhor que vos questionará quanto às vossas ações... Não prejudiqueis a ninguém... Ó homens, vós tendes direitos sobre vossas esposas, e elas têm reciprocamente direitos sobre vós. Tratai as mulheres com doçura. Vós a tomastes unicamente com a garantia que vos foi dada por Deus, e vós as tornastes pessoas legítimas por vós mesmos, segundo o mandamento formal de Deus.”

“Da mesma forma, compreendi as minhas palavras, ó homens, visto que na verdade vos entreguei a Mensagem e vos deixei uma coisa clara — se vós vos mantiverdes firmemente, jamais incorrereis em erro —, ou seja, o Livro de Deus e a prática de Seu Profeta.”

“Ó homens, escutai as minhas palavras e compreendei-as. Na verdade, saibai que cada muçulmano é um irmão para cada outro muçulmano e os crentes constituem uma fraternidade.”

E o Profeta acrescenta: “Ó Senhor, eu já entreguei a Vossa mensagem?” O povo responde: “Sim, ó Deus” E o Profeta diz: “Sois testemunha, ó Senhor.”

“Executai a prece, consegui a purificação, inclinai-vos com aqueles que se inclinam.” (*Alcorão*, II, 43)

“Promover os direitos de Deus e os direitos dos homens”, tal parece ser o sentido destas prescrições que regem a vida de todos os muçulmanos. E, ainda que o Islã não conheça a distinção entre o temporal e o espiritual, fazer justiça ao Criador e as Suas criaturas estará escrito num mesmo movimento de fé e amor. É a Realidade Única, última, o Absoluto, maior do que tudo aquilo que se pode conceber, que devem se ligar todas as manifestações da existência humana: cada ato deve ser um seu testemunho e, portanto, uma prece.

Tradução
Cynthia Marques de Oliveira